

## VISÃO DO CORREIO

# Um 1º de maio com embaraços

O governo do presidente Lula chega ao 1º de maio com a menor taxa de desemprego no primeiro trimestre (de janeiro a março) desde o início da série histórica, em 2012, mas longe de estar em clima de festa com a classe trabalhadora. Há uma lista de reivindicações ainda não atendidas na terceira gestão do petista — algumas, inclusive, espinhosas do ponto de vista da governabilidade —, além do recente escândalo do desvio de dinheiro de aposentados e pensionistas.

Entre as demandas, uma das mais polêmicas é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de autoria da deputada Erika Hilton (PSol-SP), que reduz a carga horária de trabalho semanal de 44 horas, como previsto na Constituição de 1988, para 36 horas. Dessa forma, a escala de seis dias de trabalho e um de folga (6X1) seria substituída por uma jornada de quatro dias de trabalho e três de folga (4x3). De acordo com estudo da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), a mudança implicaria impacto de até 16% no Produto Interno Bruto (PIB).

Associações empresariais e comerciais se posicionaram contra a medida, e o Executivo Federal tem reagido com cautela. Em março, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, se comprometeu com Erika Hilton a estudar o assunto e ajudar em discussões no Congresso. Ontem, em pronunciamento, o presidente Lula reconheceu que é "preciso ter equilíbrio entre a vida profissional e o bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras" e prometeu "aprofundar o debate". O fato é que a redução tende a ser a principal bandeira de atos unificados de trabalhadores neste 1º de maio. O mais tradicional deles,

aliás, em São Paulo, organizado pelas centrais sindicais, não deve contar com a participação, também habitual, de Lula.

Retomada integral da política de valorização do salário mínimo; regulamentação dos direitos trabalhistas para motoristas e entregadores de aplicativo, recuperação do poder de compra de aposentados; estímulo a micros, pequenas e médias empresas e à economia solidária, como acesso a crédito e tecnologia, também fazem parte da lista de cobranças. Ainda que todos os itens da pauta, que é mais extensa, exijam respostas do governo, nada se compara ao escândalo da hora: a fraude bilionária no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Apesar de as fraudes terem sido iniciadas em 2019, só agora o governo federal se mobilizou para chegar aos criminosos que causaram um prejuízo estimado em mais de R\$ 6 bilhões. Com a divulgação do golpe e o avançar das investigações, vai ficando evidente que houve ao menos omissão na proteção de trabalhadores aposentados e pensionistas. O próprio ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, reconheceu a demora para apurar as denúncias.

Em balanço da gestão, Lula ressaltou ontem a geração de 3 milhões e 800 mil postos de trabalho com carteira assinada, a baixa taxa de desemprego e o programa de renegociação de dívidas. Também anunciou "duas medidas muito importantes" aos trabalhadores: o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei que zera o Imposto de Renda e o debate sobre a redução da jornada de trabalho. O anúncio não surpreende e pode não ser suficiente para amenizar a temporada de embaraços.



## » Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.  
» E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

### INSS 1

A ambição é sentimento sem limites. O escândalo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é tão absurdo quanto estrangular crianças. Os aposentados têm sido vítimas de relevantes crueldades, a começar pelo fator previdenciário, imposto no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que suprimiu direitos e reduziu os valores pagos aos que trabalharam após mais de 30, 40 anos de trabalho. Enquanto isso, há figuras no poder que têm mais de uma aposentadoria, paga pelo erário, com valores absurdos. Mas o operário do setor privado é escoraçado, evidenciando extrema injustiça social e econômica. O golpe contra os aposentados, com a anuência dos dirigentes do Ministério da Previdência Social e do INSS, é impossível de ser qualificado, mas pode ser entendido como "crime hediondo". De antemão, sabe-se que haverá meios, igualmente fraudulentos, para blindar os principais responsáveis pelas ações criminosas dos corruptos.

» **Haloizio Lima**  
Asa Sul

### INSS 2

É preciso identificar os que realmente fizeram o pedido para se associar às instituições que faziam os descontos das pensões a aposentadorias dos que não pediram, para devolver somente àqueles que foram vítimas. E mais: devolver o valor que foi descontado. Quem não teve desconto não tem nada para receber, mas é certeza que vai ter um monte de idoso que não sofreu com os descontos, ou que os autorizou, e até usou dos benefícios do serviço contratado e que vão querer receber esse dinheiro de volta. Quem vai dizer quem vai ter direito é essa auditoria.

» **Daiana Sousa**  
Brasília

### INSS 3

Parlamentares cobram CPI para investigar fraude contra os aposentados. Eles querem transformar um problema real, que está sendo investigado pela PF, em palanque político para travar o Congresso e se promover. Essas CPIs são, muitas vezes, usadas como cortina de fumaça, mais barulho do que resultado, como já estamos cansados de ver. Enquanto isso, a população espera por reformas de verdade! Cadê que eles andam com o fim da escala 6x1 e o fim de impostos para quem ganha até 5 mil? Eles não estão nem aí! Só querem voto e que o povo se lasque!

» **Maria Santos**  
São Paulo (SP)

### Absurdos

No momento em que o país é sacudido pelo esquema de corrupção bilionário no INSS, em parceria com sindicatos de trabalhadores, conforme inquérito da Polícia Federal, eis que nós, os herdeiros de Maria Margarida de Alcântara Pellizzaro — falecida ano passado, aos 106 anos, verdadeira heroína da pátria e arqui-vivo da implantação de Brasília — ao tentarmos fazer uma simples declaração de Imposto de Renda, munidos de procuração, sem bens a serem inventariados, somos impedidos pela Receita Federal, que exige, entre outras coisas, uma procuração específica. Como fazer se ela recém-faleceu? E vejamos que, há anos, as declarações têm sido feitas por nós, sem qualquer óbice, mediante uma procuração cartorial que contempla esse intuito. De um lado, porta arrombada para a livre corrupção, de outro, exigências absurdas. Tudo dentro do mesmo governo.

» **Humberto Pellizzaro**  
Asa Norte

## Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

O presidente da CEB prometeu em 2024 que a iluminação pública da nossa capital seria totalmente trocada em 2025. Pela escuridão que nos causa medo, isso deve acontecer em 2025.

**Sebastião Machado Aragão** — Asa Sul

A telefonia brasileira está sofrendo uma deterioração e desmoralização com o gigantesco número de ligações inúteis de robôs para celulares. Esse processo de sucateamento afeta a internet móvel também.

**Marcos Gomes Figueira** — Águas Claras

Corrupção e propina: na hora do aperto, é do careca do INSS que elas gostam mais.

**Abraão F. do Nascimento** — Águas Claras

Complementando a carta de Rubi Rodrigues publicada na edição de 28 de abril (o macho alfa), é oportuno lembrar uma frase lapidar de Winston Churchill: a diferença entre os humanos e os animais é que os animais não escolhem estúpidos para liderar a manada.

**Paulo Molina Prates** — Asa Norte

Conselho tutelar proíbe ministério mirim de pregar e usar as redes sociais. E vai ter gente dizento que é perseguição religiosa...

**Jonas Santos** — Brasília

Deixa o pastor mirim trabalhar. Se tem alguém que gosta, deixa. Ou vão proibir porque ele não paga imposto?

**Adílio da Silva** — Farroupilha (RS)

Redução da jornada de trabalho: o apoio à luta precisa vir dos mais novos mesmo, porque os mais velhos já estão adestrados para isso.

**André G. Oliveira** — Americana (SP)



**CIDA BARBOSA**  
[cidabarbosa.df@dabr.com.br](mailto:cidabarbosa.df@dabr.com.br)

## Conscientização e denúncia

A última sexta-feira marcou o Dia Mundial da Luta contra os Maus-tratos na infância. A data teve origem na dor de uma avó norte-americana, que perdeu dois netos agredidos até a morte pela mãe e o namorado. A atrocidade fez com que ela resolvesse amarrar um laço azul na antena do carro para chamar a atenção das pessoas e alertar sobre violência contra crianças. O azul simboliza a cor das lesões.

O que falta demais aqui, no Brasil, é nos atentarmos para a pandemia de abusos físicos e psicológicos contra crianças e adolescentes que acontece pelo país. Os casos são diários, cada um mais medonho que o outro, e o Estado segue praticamente inerte. Desrespeita seu dever de garantir a segurança e o bem-estar de meninos e meninas "com absoluta prioridade", como ordena a Constituição.

Há entidades empenhadas nessa missão, mas são vozes, claro, que não têm o alcance do poder público. Cabe ao Estado, pela força que possui, tomar a frente e fazer da proteção de crianças e adolescentes uma luta nacional, implementar políticas públicas, convocar esforço coletivo, fortalecer a rede de atendimento.

Nada consistente é feito, porém. Mas nós, família e sociedade, não

podemos ter a mesma postura negligente. Temos, igualmente, a responsabilidade de zelar pela proteção de meninos e meninas. Obrigação que está, também, na Carta Magna.

Precisamos nos conscientizar de que a violência contra a camada mais vulnerável da população não dá trégua, nem poderia, uma vez que não há medidas efetivas para enfrentá-la. Portanto, temos de cobrar, insistentemente, essas ações. E denunciar os casos.

No ano passado, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania recebeu mais de 270 mil denúncias de abusos. E sabemos que esse número assustador não reflete a plena realidade, por causa da subnotificação.

O enfrentamento à barbárie é um desafio hercúleo porque pais ou responsáveis, que deveriam cuidar e proteger meninos e meninas, são justamente os que mais cometem violência contra eles.

As consequências dos abusos são profundas na saúde física e mental e no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Os impactos prosseguem na vida adulta, como transtorno de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, transtornos alimentares e de sono, dificuldade de socialização.

## CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houera, lá chegara"  
Camões, e, VII e 14

**GUILHERME AUGUSTO MACHADO**  
Presidente

**Leonardo Guilherme Lourenço Moisés**  
Vice-Presidente executivo

**Ana Dubeux**  
Diretora de Redação

**Valda César**  
Superintendente de Negócios e Marketing

### VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

### Assine

(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

\* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8945 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

### Anúncio

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp  
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp  
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

### ASSINATURAS\*

SEG a DOM

R\$ 1.187,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>  
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131



DA Press Multimídia  
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:  
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/  
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br) Site: [www.dapress.com.br](http://www.dapress.com.br)